

Centrão já sabe o que quer na ordem econômica

Arquivo 05/06/87



José Paulo Bisol

Bisol admite formação de novo partido

O «Centrão» já elaborou sua proposta de alteração do capítulo da Ordem Econômica, previsto no substitutivo Bernardo Cabral, incluindo, como modificação principal, uma nova definição de empresa nacional. Pretende o «Centrão» que empresa nacional seja «aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no País sua sede e administração, podendo ser de capital brasileiro ou estrangeiro».

Esta questão, no entanto, somente deverá ser apreciada em fevereiro, já que a sessão marcada para próxima terça-feira não deverá ser realizada, por falta de quorum, e os trabalhos de plenário só serão retomados no final do mês de janeiro.

O grupo ainda considera que «empresa nacional de capital brasileiro a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito público interno».

A proposta do «Centrão» foi examinada, na manhã de ontem, pelo grupo interpartidário de entendimento que inclui nomes como o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e os deputados peemedebistas Pimenta da Veiga, Hélio Duque e Virgildásio Sena, o pedetista Vivaldo Barbosa e o pefelista Alcení Guerra, entre outros.

O texto foi considerado pelos participantes do encontro como uma excessiva abertura ao capital estrangeiro.

O substitutivo Bernardo Cabral define empresa nacional, no artigo 200, como «a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito público interno». O texto considera «empresa brasileira de capital estrangeiro a pessoa jurídica constituída, com sede e direção no País, que não preencha os requisitos deste artigo».

Nas alterações propostas pelo «Centrão», são revogados os parágrafos 3º e 5º do artigo 202, que dispõem:

Parágrafo 3º — Estatuto estabelecido por lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.

Parágrafo 5º — A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos integrantes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade criminal desta, sujeitando-a às penas compatíveis com sua natureza, nos crimes praticados contra a ordem econômica e financeira e a economia popular».

O «Centrão» também exclui do texto constitucional a propriedade da União sobre as jazidas, minas e demais recursos minerais, como dispõe o substitutivo Bernardo Cabral. O artigo 205 do «Centrão» dispõe: «As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento» (o substitutivo acrescenta à palavra aproveitamento as expressões «industrial, e pertencem à União».

O artigo 206 a ser proposto pelo «Centrão» estabelece: «É privativa de brasileiro ou de empresa nacional de capital brasileiro, mediante autorização ou concessão, o aproveitamento de potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos minerais em faixas de fronteira e nas terras indígenas, observada a legislação correlata».

O substitutivo Bernardo Cabral condiciona esse aproveitamento, de maneira bem mais explícita, aos interesses nacionais ao dispor: «O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados por brasileiros ou empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, por tempo determinado, no interesse nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas. Quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas».

O senador José Paulo Bisol (PMDB-RS) prevê que até o começo de janeiro próximo os peemedebistas históricos deverão lutar para retomar o poder intrapartidário ou então formar um novo partido. Segundo Bisol, os progressistas do PMDB já estavam decididos a deixar a agremiação ao final da Constituinte, mas com a criação do «Centrão», que tem 130 constituintes do PMDB, eles terão que tomar uma nova posição ainda este mês.

«Esta crise dentro do partido tem que ser resolvida o mais rápido possível, porque agora, com o surgimento do «Centrão», se radicalizou o processo», constata o senador. Ele afirma que os líderes do PMDB na Constituinte e no Senado, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, sabem que alguma mudança importante deverá ocorrer dentro do partido até o início de 1988.

Retrocesso

Para Bisol, o PMDB, que já é identificado com o governo Sarney, passou agora a ser reconhecido como o «Centrão» e será responsabilizado pela Constituição que vier a ser aprovada. «Com o «Centrão» teremos uma Carta vulgar e não restará mais nada do partido depois disto. Assim, temos que retomar o poder intrapartidário ou deixar o PMDB antes que seja votada uma Constituição retrógrada», alertou o parlamentar.

Pouco tempo

Bisol, que é integrante do Movimento Unidade Progressista do PMDB, grupo que está prestes a afastar-se do partido, entende que o senador Mário Covas é o grande líder peemedebista, mas acha que ele tem pouco tempo para criar um fato novo que leve de novo o grupo histórico a exercer poder dentro da agremiação.

A seu ver, o grupo de centro-esquerda do PMDB só está esperando que Covas tome uma decisão para poder seguir sua liderança. Bisol espera que o líder defina sua posição até o final do

mês, porque a partir daí não haverá mais espaço político para os progressistas, caso o «Centrão» tome as rédeas do partido.

Ele reconhece também que a criação de um novo partido é uma tarefa difícil, que tem ainda como agravante a crise brasileira. Mas as lideranças de políticos como Covas e Fernando Henrique Cardoso poderão facilitar o processo de fundação de uma agremiação.

Ao analisar as recentes vitórias do «Centrão» na Constituinte, Bisol assinalou, no entanto, que mesmo com a derrota das teses progressistas, Mário Covas saiu fortalecido nas duas votações que alteraram o regimento interno da Casa. Isto porque, no seu entendimento, Covas garantiu 150 votos dentro do PMDB para sua proposta contrária a dos conservadores, o que equivale, praticamente, à metade dos 305 constituintes peemedebistas.

Exaurido

O PMDB exauriu-se. Cumpriu sua missão e não pode mais continuar como frente. Foi esta a colocação básica que o deputado e ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra (PE), fez durante reunião informal com mais de 40 parlamentares do PMDB, na presença do líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas.

O parlamentar pernambucano, um dos fundadores do extinto «grupo autêntico», acha que a decisão não é a de sair ou ficar no PMDB, mas a de lutar por uma nova agremiação de centro-esquerda, social-democrata, moderna e progressista voltada para o futuro. «Os que pretendem ficar pensam em consolidar o PMDB como partido de centro-direita. Cada um deve assumir sua identidade», disse Fernando Lyra.

Covas, publicamente hesitante diante do problema partidário, acha que ele não tem de sair do PMDB, mas sim os que deixaram de cumprir os compromissos do programa, assumidos em praça pública, que garantiram, inclusive, a grande vitória nas eleições de 86.



Segundo Covas, o Centrão deverá rever posições para evitar falta de sintonia com a Nação

Progressistas prevêem reação popular

Rubem de Azevedo Lima

As manobras do «Centrão», em favor do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, vão perder ímpeto durante o recesso da Assembleia Nacional Constituinte, em face da reação popular que os centristas, nesse período, enfrentarão junto às suas bases eleitorais.

Essa é a expectativa dos progressistas do PMDB, que também acreditam no recuo do «Centrão», no caso das medidas incluídas no projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral em benefício dos trabalhadores.

A ampliação do recesso regular da Constituinte foi promovida pelos centristas, que esvaziaram o plenário da Assembleia com o objetivo de ganhar tempo, a fim de organizar o esquema de mudanças no projeto Cabral. Os coordenadores do grupo esperavam que o Governo também aproveitasse o recesso, para contatos com os constituintes arredios à ação daquele grupo e à atração de alguns parlamentares que votaram com os progressistas.

Igreja

Os primeiros contatos dos centristas com as bases partidárias estaduais esfriaram, porém, o entusiasmo do «Centrão». O melhor

exemplo de reação desfavorável à ação do grupo foi o que aconteceu no Espírito Santo, onde as principais autoridades da Igreja Católica, no Estado, condenaram o comportamento ultraconservador do «Centrão».

Por sinal, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, entende que a reação da Igreja, nesse particular, deverá funcionar como um rastilho dentro da sociedade, de modo a modificar a postura radical do «Centrão», contra a busca de entendimento na Assembleia, em proveito de reformas sociais e trabalhistas.

De mais a mais, como numerosos constituintes votaram com o «Centrão», quando das disputas regimentais, sob a alegação de que apenas defendiam o direito de apresentar emendas ao projeto Cabral, no plenário, o líder Mário Covas também acredita que aquele grupo se esvazie, durante a votação de questões específicas da Constituição.

Numerosos peemedebistas partilham do pensamento de Covas, quanto ao efeito multiplicador das manifestações ocorridas no Espírito Santo, em relação ao conservadorismo do «Centrão». A expectativa, no caso, é que a repulsa das autoridades religiosas

capixabas seja o começo de um processo através do qual a Igreja Católica, em todo o País, procurará neutralizar, de um lado, os centristas, e, do outro, as áreas governamentais que se estimulam, politicamente, o «Centrão».

Os acontecimentos estão dando razão ao líder do PMDB, que, na escolha dos peemedebistas para a Comissão de Sistematização da Constituinte, indicou os nomes julgados mais representativos das correntes majoritárias do partido e, assim, afinadas eleitoralmente com o País.

Os centristas do PMDB criticaram o líder, alegando que os peemedebistas da Comissão não refletiam o pensamento da maioria do partido nem do País, em assuntos políticos, econômicos e sociais. Graças a esse pretexto, os peemedebistas do «Centrão» se uniram aos conservadores dos demais partidos, notadamente do PDS, PFL, PL e PTB, para anular as conquistas obtidas naquela Comissão. Agora, porém, em face da reação dos trabalhadores e da própria Igreja, bem como do resultado das pesquisas de opinião pública — em matérias políticas — o «Centrão» é que parece não estar em sintonia com a Nação.

Arquivo 16/11/87